

Memórias dos Aposentados

Nome: Eliseu Florentino da Mota Júnior

1) Por que escolheu ser promotor?

Foi uma escolha feita antes mesmo do curso de Direito. Certamente foi motivada pela vocação, que dispensa comentários.

2) Como foi o concurso? Qual o número do mesmo?

Como todo concurso, foi altamente estressante, mas com final feliz, em face da aprovação. Ingressei no segundo concurso do ano de 1978.

3) Como foi a primeira experiência como substituto?

Ingressei no MP com 26 anos de idade, recém-casado e, morando em Franca, fui nomeado Promotor Público Substituto de Itapeva, na divisa com o Estado do Paraná. Naquela época, estava em vigor o racionamento de combustíveis, de modo que, para vir a Franca ou retornar a Itapeva, tinha de fazer a viagem em duas etapas, porque o tanque de gasolina não tinha autonomia para os 700 quilômetros de distância entre Franca e Itapeva.

Pela influência do meu antecessor, que fora policial militar, fiquei hospedado em um alojamento da Companhia da Polícia Militar de Itapeva.

Enfim, como todo início de carreira, a minha primeira experiência como promotor substituto foi muito difícil.

4) Qual foi a primeira comarca?

A primeira comarca da qual fui titular foi Santa Fé do Sul.

5) Como foi a experiência na comarca e relate as outras (acumuladas também)?

Eu residia em Franca, na divisa do Estado de Minas Gerais, onde ficou minha esposa (estávamos casados há seis meses apenas). Como disse acima, fui substituído em Itapeva, na divisa com o Paraná, de onde fui promovido para Santa Fé do Sul, na divisa do então Estado do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). Separando essas duas Unidades da Federação está o Rio Paraná, cuja travessia era feita por uma balsa, que havia naufragado pouco antes da minha chegada. O inquérito policial sobre o naufrágio era enorme e eu, ainda inexperiente, sofri muito com ele e com os outros milhares de feitos naquela dificultosa comarca, que, por isso, não me permitiu acumular outras comarcas.

6) Quais as dificuldades para se trabalhar na época (telefone, transporte, situação dos fóruns)?

Na época, os próprios promotores de Justiça tinham de ir até a Capital para conseguir máquina de escrever, impressos e materiais de escritório (fitas de máquina, papel carbono, canetas, lápis etc.), algo parecido com a caixa de assistência aos alunos pobres na rede pública de ensino.

O meio de transporte que eu mais utilizava era o ônibus, com a minha gratidão pela Viação Cometa, que sempre concedeu passes gratuitos.

Dentre todos os edifícios dos fóruns por onde passei, o de Guaíra era, de longe, o mais precário. Um calor sufocante e apenas um ruidoso ventilador preso na parede. E como se isso tudo não bastasse, do lado de fora da janela havia uma caixa de abelhas arapuá, que infernizavam a minha vida.

7) Como foram as passagens para as entrâncias (promoções e remoções)?

De Santa Fé do Sul, 1ª entrância, fui promovido para Guaíra, 2ª entrância, de onde fui, por remoção, para Araraquara, no antigo

cargo de Promotor de Justiça Auxiliar do Interior, que era de 2ª entrância, mas em uma comarca de 3ª entrância. Por causa disso, o titular desse cargo era chamado “Substituto de Luxo”, pois trabalhava igual ou mais do que os titulares de 3ª entrância, mas percebia vencimentos de 2ª entrância.

Entre Guaíra e Araraquara, trabalhei por cerca de dois anos na Promotoria de Justiça das Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios, na Capital, integrando uma espécie de força tarefa na Casa de Detenção, que na época recolhia mais de sete mil homens.

De Araraquara fui promovido para São Carlos e em seguida removido para Franca, onde permaneci até 1995, quando fui promovido para a Capital, entrância especial, cargo no qual me aposentei em outubro do mesmo ano.

8) Quais eram o procurador-geral e o corregedor-geral da época?

O procurador-geral era o Dr. João Batista de Santana e o corregedor-geral era o Dr. Artur Cogan.

9) Qual era o cenário político na época?

Em 1978, quando ingressei no Ministério Público do Estado de São Paulo, o Brasil ainda estava sob o regime militar, mas já em fase final, caminhando, mesmo que lentamente, rumo à redemocratização. Não me recordo de nenhuma tentativa de intrusão de militares no meu trabalho, como relatavam alguns colegas mais antigos.

Apenas as promoções por merecimento exigiam viagens e pedidos na Secretária da Justiça, salvo engano no Pátio do Colégio. Mas isso era coisa generalizada e fazia parte do sistema.

10) Se atuou no Tribunal do Júri, conte-nos a sua experiência. Outrossim, fale-nos dela na área criminal, e na cível.

Creio que todos os colegas daquela época atuaram no Tribunal do Júri, porque nas pequenas comarcas havia apenas um cargo de promotor de Justiça, que, por isso, era chamado “clínico geral”. É claro que a minha primeira atuação no plenário do Júri custou-me

muita energia psíquica, porque era um processo de tentativa de homicídio de um cigano contra outro, de uma comunidade peregrina, como toda nação cigana. Não deu outro resultado: absolvição por sete votos a zero!

De qualquer modo, ao longo da carreira preferi, sempre que possível, atuar na área criminal. A propósito, venci o Concurso de Melhor Arrazoado Forense, área criminal, de 1992, com um trabalho intitulado “Dolo eventual ou culpa consciente? - Em busca da distinção”, que está publicado na revista *Justitia* nº 162.

Depois trabalhei algum tempo na Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, que foi muito gratificante, sobretudo nos incontáveis feitos de adoção nos quais atuei. Há pouco tempo, fui convidado para ser padrinho de casamento de uma jovem, em cuja adoção trabalhei.

11) Como foi a aproximação da aposentadoria, e depois dela?

Ao atingir o tempo de serviço e as demais condições necessárias para adquirir o direito de aposentadoria, naturalmente padeci com a dúvida em permanecer mais algum tempo ou requer a aposentadoria. Optando por esta última hipótese, empreguei meu tempo em várias atividades, sem contar o magistério superior, que sempre exerci: fui presidente de uma fundação de assistência hospitalar psiquiátrica, vereador por uma única legislatura, pró-reitor acadêmico e vice-reitor de um centro universitário, advogado e outras, que seria fastidioso enumerar.